

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 120

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 05 DE SETEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02 - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 082ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
05 DE SETEMBRO DE 2001**
(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Antonio Anibelli, secretariada pelos senhores deputados Chico Noroeste e Nelson Garcia.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Nelson Garcia; PDT: Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk; PSL: Antonio Carlos Belinati; PSB: Moysés Leônidas, Ricardo Maia, Hidekazu Takayama; PSDB: José Maria Ferreira, Neivo Beraldin, Sérgio Spada; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Tony Garcia; PL: Pastor Edson Praczyk, Serafina Carriho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PST: Divanir Braz Palma; PPS: Cezar Silvestri; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi; PTB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Carlos Alborghetti, Thiago Amorim Novaes; PFL: Basílio Zanusso, Chico Noroeste, Durval Amaral, Nelson Tureck, Plauto Miró Guimarães (40). Achando-se ausente os seguintes senhores deputados: Cesar Seleme, Edno Guimarães, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins, Miltinho Pupio, Luiz Fernando da Silva Litro, Renato Gaúcho, Marcos Isfer, Edson Strapasson, Carlos Simões, Luiz Accorsi, Ricardo Chab, Cleiton Kielse, Custódio da Silva (14).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em discussão a Ata que acaba de ser lida.

Em votação.

Aprovada a Ata.

Quero, antes inclusive de iniciar a Sessão de hoje, me justificar com o Líder das Oposições, deputado Waldyr Pugliesi, que eu tinha assumido compromisso de dar algumas respostas hoje, por escrito, de alguns questionamentos.

Infelizmente, em razão da mudança da Sessão pela manhã, não foi possível. E assumo o compromisso de

antes da Sessão de segunda-feira, entregar aos demais deputados, os questionamentos.

Faço um apelo para V. Exa., para que entenda que não foi possível realmente, fornecermos essas respostas por escrito.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Tudo bem, senhor presidente.
Obrigado.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 407/2001
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A :

1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Paranaense das Empresas de Máquinas de Diversão Eletrônicas, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.09.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Paranaense das Empresas de Máquinas de Diversão Eletrônicas é uma entidade sem fins lucrativos, que tem o objetivo de normatizar as atividades das empresas que operam com máquinas de diversões eletrônicas no interior do Estado do Paraná.

A Associação é composta por cidadãos de competência profissional e moral ilibada, como senhor presidente Luiz Katsumi Yoshitomi, o senhor vice-presidente Marcelo Lopes Geraldo, o senhor secretário Paulo Erasmo Campos, o senhor vice-secretário Alexandre Cardoso Simão, o senhor tesoureiro Décio Alvares Perico e o senhor vice-tesoureiro Marcos Alberto Leinig, todos membros da diretoria.

Sabedores da enorme vontade da diretoria da APEMDE em realizar trabalhos em prol dos seus associados e da comunidade num todo, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 408/2001
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Professora Dulce

Serroa da Motta Cherobim, com sede e foro no município de Morretes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.09.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Professora Dulce Serroa da Motta Cherobim, com sede e foro no município de Morretes, que tem realizado excelente trabalho para colaborar na assistência e formação do educando, por meio da aproximação entre pais e professores, promovendo a integração entre o Poder Público, a escola e a comunidade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 24/2001 A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica instituído o Sistema de Coleta Diferenciada de Resíduos Sólidos no âmbito do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Art. 2º - A coleta diferenciada consiste na colocação em recipientes separados e visualmente indicados dos resíduos sólidos produzidos nas dependências da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 3º - Os resíduos sólidos serão separados, pelo menos, nas seguintes categorias:

- I - orgânico;
- II - inorgânico;
- III - pilhas, baterias e assemelhados.

Art. 4º - A implantação do Sistema de Coleta Diferenciada de Resíduos Sólidos será acompanhada de um processo permanente de educação para a redução e reutilização de resíduos sólidos.

Art. 5º - A Mesa Executiva, através de ato próprio, disciplinará os procedimentos necessários para implementação do sistema de Coleta Diferenciada.

Art. 6º - Fica autorizada a Mesa Executiva a estabelecer convênios ou termos de cooperação com órgãos públicos ou organizações não governamentais para a execução do proposto nesta resolução.

Art. 7º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A destinação dos resíduos sólidos de nossas cidades é um tema que exige cada vez mais a reflexão da cidadania e dos gestores públicos em particular. A destinação do lixo produzido pelos aglomerados populacionais é um assunto que afeta diretamente a saúde pública e a sustentabilidade ambiental. Segundo informações obtidas através de pesquisas por institutos especializados, em apenas 100 dos 5506 municípios brasileiros possuem coleta seletiva de lixo, públicos e privados.

A seletividade na coleta dos resíduos sólidos faz parte de uma "reciclagem cultural", buscando um desenvolvimento sustentável, a ruptura com a cultura do desperdício e do descarte. Os recursos naturais são finitos e não são facilmente substituídos, portanto, sua utilização precisa ser feita de modo responsável e na perspectiva dos interesses dos seres humanos em uma redação equilibrada com o meio ambiente.

No caso dos gestores e agentes públicos, essa responsabilidade cresce ainda mais, tendo em vista a influência das decisões e atitudes tomadas por nós. O presente projeto de resolução propõe que a Assembléia Legislativa assuma sua parte na administração dos resíduos que produz contribuindo com o desenvolvimento sustentável e promovendo a cultura de utilização responsável de recursos materiais.

A coleta diferenciada, integrada a um programa de gerenciamento de resíduos sólidos, além de ser fundamental para a sustentabilidade ambiental e racionalização da utilização de recursos materiais, mostra-se ainda como instrumento de geração de renda, principalmente para as parcelas da população mais vulneráveis socialmente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Começo as minhas palavras, saudando a presença do vice-prefeito de Santana do Itararé, meu amigo José Isaque, acompanhado do vereador Joaz e de um líder rural daquela comunidade, o Vidal, que estão participando da Sessão de hoje, na tribuna de honra.

Quero falar, senhor presidente, de duas coisas, hoje: primeiro, sobre uma decisão que está nos preocupando sobremaneira. Temos pelo ex-governador Paulo Pimentel, o maior respeito. E esse respeito se estende a seus órgãos de comunicação, televisão, jornais. A televisão Iguaçu e o jornal O Estado do Paraná, estão entre os órgãos de maior conceito da imprensa do nosso Estado, de grande credibilidade e que presta um serviço dos maiores ao Paraná.

É por isso, senhor presidente, que estamos preocupados, porque temos visto e temos ouvido também, informações dando conta de que o Grupo Paulo Pimentel irá desativar as equipes de telejornalismo e a TV Iguaçu de Londrina, Maringá e Foz do Iguaçu e fechar as sucursais do jornal O Estado do Paraná.

Será um grande prejuízo para o Estado do Paraná, em função da grande credibilidade e do respeito que o povo do nosso Estado adquiriu, ao longo dos anos, por esses órgãos de comunicação, liderados no Paraná pelo ex-governador Paulo Pimentel.

Quero manifestar aqui na tribuna da Assembléia, a nossa preocupação porque o interior do nosso Estado ficará sem contar com esses instrumentos vigorosos, no sentido de bem informar a nossa população.

Além disso, senhor presidente, além da repercussão negativa que teremos, porque como eu disse, o jornal o Estado do Paraná é um dos principais jornais do nosso Estado, com informações precisas, com credibilidade, com o respeito do povo do Paraná, a TV Iguaçu filiada ao SBT também goza do mesmo conceito no Estado do Paraná, além de jornalistas que serão afastados, outros empregos diretos e indiretos que serão eliminados, há também que se sentir, aqui, a grande repercussão negativa que terá porque o povo do Paraná sentirá muita falta destes meios de comunicação servindo o interior do nosso Estado.

Eu, pessoalmente, me preocupo sobre essa decisão sobre os comentários, e quero crer que não passam de comentários. O governador Paulo Pimentel, que deixou marcas na história do nosso Paraná, como um governador competente, sério, e que à frente deste grande Grupo de Comunicações, também tem demonstrado grande responsabilidade, seriedade, tenho certeza que irá refletir muito sobre esse episódio e não irá permitir que o nosso Estado do Paraná, fique privado, o interior do nosso Estado, sem as equipes de reportagem da TV Iguaçu e do jornal o Estado do Paraná.

Esse é o nosso sentimento, e esperamos que tenha repercussão lá na administração do canal da TV Iguaçu, Canal 4, tão brilhantemente conduzida no Paraná pelo ex-governador Paulo Pimentel.

E eu digo aqui, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, que nós realçamos sempre que esses órgãos da comunicação merecem da nossa parte todo o destaque, toda a consideração, porque jamais, em tempo algum, esse meios de comunicação vedaram a participação das opiniões de regentes daquelas que hoje conduzem o Estado do Paraná, ou que conduziram o nosso Estado em períodos passados, a seriedade, da equipe, do comando, da direção, dos órgãos de comunicação ligados ao ex-governador Paulo Pimentel. Esse é um dos pontos do pronunciamento que eu quero fazer hoje, nesta manhã, aqui na Assembléia Legislativa.

O outro assunto, senhor presidente, que eu quero focalizar, é um decreto que hoje os jornais do Paraná anunciam, da lavra do governador Jaime Lerner, que nada

mais nada menos decreta o fechamento da Assembléia Legislativa do nosso Estado. O Governador Jaime Lerner, que ao longo do seu governo tem abrilhantado o nosso povo com atitudes infelizes, tem desgovernado o nosso Estado, enfim, tem eliminado quando vi os jornais do Paraná destacaram que o governador Jaime Lerner através de um decreto, fechou a Assembléia Legislativa.

Por que fechou? Porque segundo o governador Jaime Lerner, através de um decreto ele está mudando uma lei aprovada por este parlamento. Como se o governador pudesse se arvorar no direito onipresente de poder governar e de poder legislar sem depender da Assembléia Legislativa. Querendo ele reviver os velhos tempos do AI-5, do AI-1, enfim da época da ditadura militar em que se fechava o Congresso Nacional, que não dependia do Poder Legislativo para fazer as leis e apenas através de decretos ou atos institucionais se governava o País!

Através de um decreto, senhor presidente, diz a lei, diz a propaganda, a matéria veiculada nos principais jornais do Paraná, através de um decreto....

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Consulto o nobre deputado se fará uso do horário da Liderança do PMDB.

O SR. NEREU MOURA

Sim, vou usar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está concedido.

O SR. NEREU MOURA

... através de um decreto, o governador mudou a lei aprovada por este Parlamento, que não com o meu voto, a bem da verdade, autorizou a vender a Copel em dezembro de 1998.

E os jornais, dizem a mudança. O governador assinou ontem um decreto que torna obrigatória a aplicação de 70% dos recursos de privatização, os outros 30% devem ser, obrigatoriamente, usados no desenvolvimento do Estado do Paraná.

O Decreto nº 4655 modifica o texto da Lei nº 12.355, aprovada pela Assembléia Legislativa, em dezembro de 1998.

Essa atitude é uma humilhação à Assembléia Legislativa, do Estado do Paraná. Essa atitude é a demonstração mais inequívoca de falta de respeito com a Assembléia Legislativa.

O governador não tem autoridade para fazer decreto para alterar lei; o único Poder deste Estado que pode mudar lei, é o Poder Legislativo. Jamais o governador pode se arvorar no direito de alterar uma lei legitimamente aprovada por esta Casa. Além do que, cheira demagogia esta atitude do infeliz governador, do indigesto governador que o Paraná possui, porque aqui na Assembléia Legislativa hoje tramitam cerca de cinco mensagens, cinco propostas de lei buscando alterar

aquele parágrafo, aquela palavra mal colocada dentro da lei que autorizou a venda da Copel.

Quero dizer aos deputados estaduais que, atendem o povo do Paraná aqui nesta Casa, que representam o povo do Paraná, independente de Partido, de oposição, que esse decreto do governador tem que ser rasgado e jogado no lixo, porque no lixo é o lugar de papel que não tem serventia, no lixo é o lugar de papel que não tem valor, na lata de lixo é o lugar de papel assinado para afrontar o Poder Legislativo do Paraná! É neste lugar que deve parar o decreto do governador, um decreto que é uma afronta ao Poder Legislativo, senhor presidente Hermas Brandão. Nós não podemos calar diante desta violência perpetrada por este homem que infelizmente só tem feito erros à frente do Palácio Iguaçu. Dia após dia nós assistimos às trapalhadas do governador Jaime Lerner.

E hoje, quando li os jornais, fiquei estarelecido, eu que sou um componente deste Poder, que vivo a minha vida dentro deste Poder, não posso aceitar calado esta afronta ao Poder Legislativo do meu Paraná.

Por isso aqui a minha repulsa, o meu grito, a minha indignação, por esta atitude leviana do governador Jaime Lerner.

Sr. Ângelo Vanhoni

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Muito obrigado, deputado Nereu Moura, eu gostaria de comungar e de repetir a opinião de V. Exa. a respeito dos problemas que estão acontecendo na empresa de televisão, no Canal 4 na TV Iguaçu, de propriedade do nosso ex-governador, Paulo Pimentel.

Parece-me, além dos problemas que V. Exa. já relatou na tribuna e que merecem a solidariedade e o empenho e a preocupação de todos nós deputados da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, mas que gostaria de salientar uma perda que é muito grande para nós, paranaense - me parece, não tenho esta notícia, mas acho que seria bom até que os deputados preocupados com isso conversassem com a direção da empresa, me parece que há uma redução do jornalismo, do telejornalismo no Estado do Paraná inteiro e em Curitiba também.

A perda que isto traz para nós do ponto de vista da comunicação, é muito grande. O SBT e as empresas do grupo do ex-governador Paulo Pimentel, sem detrimento das outras empresas de comunicação no Estado do Paraná, como a Bandeirantes, como a Record, a CNT e outros canais por assinatura, sem detrimento do trabalho dessas empresas, mas SBT tem um lugar de destaque do ponto de vista do seu telejornalismo.

Ao se diminuir o telejornalismo da TV Iguaçu, nós vamos, na realidade, estar criando no Estado do Paraná a possibilidade da visão única a respeito dos fatos e das notícias do nosso Estado, porque a única que pode competir, que compete como uma empresa de comunicação

no nosso Estado, produzindo um telejornal do Paraná é o SBT e a outra empresa é a Rede Globo do Paraná.

Então, para nós, do ponto de vista de democracia, do ponto de vista de que hajam múltiplas visões a respeito dos fatos que acontecem no dia-a-dia da nossa sociedade é de fundamental importância que o telejornalismo do SBT, da Bandeirantes, de outras empresas se consolidem, se solidifiquem na estrutura de comunicação do nosso Estado.

Então, a minha preocupação é me solidarizar com V. Exa. a respeito dos problemas administrativos, dos problemas que, com certeza, vão afligir milhares e milhares de profissionais da área da imprensa, os jornalistas que podem ser atingidos por essa medida, mas, sem sombra de dúvida também me preocupa a possibilidade do monopólio da informação, em uma rede de televisão no Estado do Paraná.

Por outro lado, eu gostaria que V. Exa. - não tive a oportunidade de acompanhar os jornais ainda hoje pela manhã, e estou acompanhando a sua intervenção, o seu discurso, a respeito de um decreto do governador - se pudesse detalhar um pouco esse decreto, para que a gente pudesse tomar um pouquinho mais de conhecimento. O deputado Orlando Pessuti também estava conversando comigo - não tivemos tempo de ler os jornais hoje pela manhã, então, não sabemos dessa notícia.

Era isso, senhor deputado.

Obrigado.

O SR. NEREU MOURA

Obrigado, deputado Ângelo Vanhoni.

O governador publicou nos jornais de hoje, que o decreto 4.655 modifica o texto da Lei 12.355, aprovado pela Assembléia Legislativa, em dezembro de 98, O decreto que altera a Lei - eu nunca vi isso: o governador mudar uma lei da Assembléia!

Quero, antes de conceder um aparte ao deputado Orlando Pessuti, falar com o deputado Durval Amaral. Conheço V. Exa. há muitos anos, meu colega e amigo. Juntos, aqui, nesta Casa quando ainda nem éramos deputados, vivemos histórias maravilhosas, no início de nossas vidas. Antes de votar esse projeto da Copel, nós conversávamos e V. Exa. tinha uma idéia, um pensamento de alterar a lei. Não quero dizer, deputado Durval, que para nós, deputados, para mim, não existe nenhuma necessidade de que a paternidade seja de qualquer deputado lá da Oposição.

V. Exa. poderá entrar com um projeto de lei e terá o nosso apoio cabal. Como por exemplo, aqui, tem um projeto de lei com o mesmo pensamento do deputado Ricardo Chab, que poderemos apoiar, tranqüilamente. O que está em jogo é o interesse do povo do Paraná, é não interesse da Oposição ou da Situação.

Eu queria dizer ao deputado Durval Amaral, V. Exa que é líder do Governo, poderia encaminhar essa situação, para não passarmos um papel ridículo aqui, na Assembléia: o governador alterar uma lei, através de um

decreto - isso não tem cabimento! Isso está fora de qualquer contexto, em um processo democrático! Isso é o "fim da picada"! Isso é motivo de chacota! Se o Brasil tomar conhecimento disso, seremos motivo de chacota, a nível nacional!

Peço ao líder das Oposição, deputado Waldyr Pugliesi, o direito de usar a Liderança das Oposições.

(Assentimento)

Concedo um aparte ao deputado Orlando Pessuti, e depois, ao deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Nereu Moura, ouvi ontem atentamente V. Exa. discorrer acerca do jornalismo do SBT, da sua programação. Depois, ouvi também atentamente o aparte do deputado Ângelo Vanhoni.

Devo dizer-lhe que, quando conversamos com alguns amigos que trabalham no O Estado do Paraná, na Tribuna e no SBT, a preocupação desses companheiros, e que nos passaram, não seria uma medida adotada a partir da direção da empresa aqui no Paraná mas seria uma medida tomada de baixo para cima, pelo SBT, que está pretendendo, não só aqui no Paraná, diminuir a programação, que seria uma medida, uma postura adotada, a nível nacional, de diminuir as programações locais com o único objetivo de aumentar o faturamento da central, em São Paulo, da rede-mãe - vamos dizer assim, porque existe, segundo essas pessoas, um dispositivo, um acordo contratual, entre a geradora e a retransmissora, a repetidora, vamos dizer, da programação nacional, onde as programações locais se auto-financiam com o patrocínio local. Evidentemente que este faturamento, em cima da programação local, não é repassado à rede-mãe, em São Paulo ou no caso de outros canais no Rio de Janeiro.

Então por esta razão é que estaria se diminuindo a programação local, tanto no jornalismo como outras programações para aumentar o espaço da programação nacional, que daí seria essa programação nacional financiada, patrocinada lá por São Paulo ou pelo Rio de Janeiro, e evidentemente o faturamento ficaria por lá.

Então, a informação que nós temos de conversações que tivemos com pessoas ligadas ao SBT e ao Estado do Paraná, é de que a medida vem de cima para baixo, numa visão meramente econômica de se aumentar o faturamento da rede-mãe.

Eu já disse, no início, que nós temos o maior conceito pelo sistema de televisão liderado no Paraná, pelo ex-governador Paulo Pimentel e também pelos órgãos da imprensa, os jornais a Tribuna e o Estado do Paraná.

A nossa preocupação é que o Paraná, o povo do Paraná tenha um prejuízo enorme com a eliminação desses importantes veículos de imprensa, que têm esparreado pelo Paraná inteiro e que trazem notícias preciosas.

Concedo o aparte ao deputado Algaci Tulio.

O Sr. Algaci Tulio

Quero dizer que também me preocupo.

Eu, que durante muitos anos trabalhei tanto no jornal Tribuna do Paraná, o Estado do Paraná, e na TV Iguaçu Canal 4, que por sinal foram os meus melhores momentos como homem de comunicação.

Lamento profundamente essa medida tomada, porque além de provocar um esvaziamento no noticiário local, nós ficamos praticamente com uma programação enlatada. Uma programação que vem de Brasília, que vem de São Paulo, que vem do Rio de Janeiro em detrimento à produção local.

Se há uma coisa que nós lutemos nesse Paraná é pelas nossas raízes, pelo espaço da cultura paranaense, da política paranaense, do nosso meio de comunicação.

E à exceção do Canal 12, do Canal 4, o SBT, é a rede que ainda atinge todo o Paraná. O litoral do Estado do Paraná, por exemplo, só assiste a Rede Globo e o SBT.

Então imagina V. Exa. e os senhores parlamentares o quanto o povo vai ficar frustrado por não receber as imagens da programação local, em relação à programação do SBT.

Nós não temos aqui o conhecimento da situação econômica do grupo Paulo Pimentel, e a visão até pelo fato de fazer essa mudança, mas fica aqui a nossa solidariedade aos jornalistas, aos homens de comunicação que ocupam um espaço naquela emissora e a certeza de que o Paraná perde neste momento.

Como disse o deputado Vanhoni, corremos o risco de ter um monopólio, levando para o Paraná inteiro a informação que nem sempre é aquela que está acontecendo no momento.

Então a minha solidariedade aos jornalistas, ao pessoal de produção, ao pessoal de comunicação do SBT.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado Nereu Moura, quando V. Exa. falava do decreto que alterava a lei que autorizou a venda da Copel, eu quando vi o jornal pela manhã, lembrava inclusive do pronunciamento que fiz ontem, quando procurei ressaltar a falta de respeito do governador Jaime Lerner com a população do Paraná.

Se nós recordarmos, primeiramente com relação a questão do pedágio. Induzi inclusive vários deputados da Base de Apoio do Governo a se pronunciarem. Eu fui um deles, V. Exa. é testemunha, numa entrevista que dei lá em Laranjeiras do Sul, quando me perguntavam se realmente o preço do pedágio estava sendo reduzido definitivamente ou era apenas um golpe eleitoral. Eu disse que confiava no governador e tinha certeza absoluta, que ele não jogaria seu nome no lixo, ele estava dando a sua palavra que aquela redução era definitiva.

Passaram-se alguns dias, passou a eleição, nós tivemos um aumento de 100% e vários aumentos.

Depois, com relação à Copel. Ele esteve aqui, inclusive, nesta Casa, deu uma entrevista dizendo que era um social democrata e que não seria louco de vender a Copel. Logo após, fala que teria que vender a Copel. No seu programa eleitoral, ele disse que se tivesse qualquer

outra alternativa, não venderia a Copel. E agora por último, está faltando com respeito com a Assembléia Legislativa. O decreto alterando a lei, acho que cabe uma ação da Mesa Executiva da Assembléia Legislativa. Acho que ele perdeu, realmente, o senso do ridículo e o respeito absoluto pelo povo e agora por esta Casa. Acho que todos nós deputados temos que ter uma ação muito firme. E peço, aqui, ao presidente Hermas Brandão, como presidente desta Casa, para que, em nome na Assembléia Legislativa, exija uma retificação por parte do governador Jaime Lerner, que agora está faltando com respeito com esta Casa.

O Sr. Tiago Amorim

Obrigado, deputado Nereu Moura, presidente da Assembléia, nobres deputados.

Quero dizer ao amigo Nereu Moura, que nós fazemos parte da equipe do grupo Paulo Pimentel, na Região Oeste do Estado do Paraná, onde temos um programa de jornalismo diário, sob o nosso comando e que, evidentemente, procuramos de todas as formas levar a notícia para toda a região Oeste, Sudoeste e Noroeste, através da TV Naipi, do SBT, dentro de uma realidade profissional do jornalismo, que conhecemos.

É importante salientar também que outras empresas do Estado do Paraná estão promovendo o tipo de demissão voluntária, principalmente no que diz respeito ao enxugamento da própria questão funcional, onde a crise brasileira também afeta, infelizmente, os meios de comunicação a nível de Paraná.

Mas, para apenas confirmar que nós fazemos parte do grupo Paulo Pimentel e com certeza na nossa região, acreditamos nós, que em breve o próprio grupo terá novidades no que diz respeito ao sistema de jornalismo da televisão Iguazu, do sistema do grupo Paulo Pimentel no Estado do Paraná.

O SR. NEREU MOURA

Deputado Hermas Brandão, V. Exa. é presidente desta Casa. Todos nós, deputados, temos por V. Exa. um grande respeito. E quero pedir-lhe que, junto com os deputados Durval Amaral e Waldyr Pugliesi e todos os deputados desta Casa, não vamos permitir que o governador Jaime Lerner ofenda esse Poder da forma que ele está tentando. A maneira como ele fez através deste decreto. Não precisa, deputado Hermas Brandão! V. Exa. sabe!

A Assembléia Legislativa aprova isso aqui num dia. Não há necessidade de o governador Jaime Lerner afrontar o Poder Legislativo da maneira como ele tentou fazer, publicando na imprensa que, através de um decreto, ele mudou uma lei. É, na verdade, uma humilhação sem precedentes na história política do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. sabe que decreto não pode alterar lei.

O SR. NEREU MOURA

Mas fez isso!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Mas não tem validade jurídica!

Deputado Durval Amaral no Pequeno Expediente.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente e senhores deputados.

Ouvi atentamente o pronunciamento do deputado Nereu Moura, grande parlamentar, que traz a esta Casa não somente hoje, mas em outras oportunidades, uma preocupação bastante grande com os recursos oriundos da privatização da Copel.

É sabido que quando o projeto que aprovamos aqui, em 98 tramitou pela primeira vez na Assembléia Legislativa, trazia uma expectativa muito pequena, salvo engano em torno de 30% somente para que fosse aplicado no Fundo de Previdência. Vários deputados, na época inclusive eu, travamos inúmeras discussões para assegurar que 70% desses recursos fossem aplicados nesse fundo previdenciário.

A redação, entretanto, na época, não ficou uma boa redação que seria apropriada a uma boa técnica legislativa. Ficou colocado, então, que primordialmente serão aplicados 70% no Fundo de Previdência. Eu mesmo conversei com vários deputados e tenho empenhado minha palavra e a palavra de todos os deputados da base do Governo, é a palavra do Governador que 70% destes recursos serão aplicados no Fundo Previdenciário do Estado do Paraná. Claro que vencida esta batalha maior ou não vencida, mas decidida esta questão maior da privatização da Copel, tendo em vista que foi votado o projeto de iniciativa popular, vários projetos na Casa procuram tornar obrigatório os 70% destinados ao Fundo de Previdência.

Também esta é a minha preocupação, como é a preocupação do deputado Caíto, de todos os deputados desta Casa e também é um compromisso do governo Jaime Lerner.

Em razão disto, sabemos que esta semana mesmo está publicado o edital de privatização da Copel, e um edital entre as partes faz lei entre todos aqueles que procuram participar deste certame. Nós sabemos da intenção, não só do governador, mas da própria Assembléia, de regulamentar, obrigando que os 70% sejam destinados a este Fundo de Previdência. E o governador, e aí com todo o respeito que tenho ao deputado Nereu e aos deputados que também o apartearam, porque claro, é uma matéria nova e nem todos puderam, ainda, se debruçar neste Decreto nº 4655, o governador usou exatamente, deputado Nereu, da máxima da boa fé e da boa intenção, não para fazer uma nova lei, em hipótese alguma! Em hipótese alguma! Ele simplesmente regulamentou. Regulamentou para firmar, para deixar claro não só à Assembléia Legislativa, mas para com toda a sociedade paranaense, a sua intenção definitiva.

Tenho inclusive aqui, a redação e vou ler:

Artigo 1º: “Os recursos decorrentes do disposto no artigo 3º da Lei nº 12355, de 08.12.98, serão utilizados após a dedução das despesas inerentes ao processo de alienação, obrigatoriamente em consonância com as seguintes diretrizes:

I - 70% na área previdenciária, sob responsabilidade do Estado do Paraná;

II - 30% nas áreas de educação, segurança, saúde, agricultura, transporte e em programas de desenvolvimento e geração de empregos, em que a presença do Estado seja indispensável.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.”

Então, senhores deputados, vejam só o que nos diz a Constituição Estadual, justamente no artigo 87, V: “Sanctionar, promulgar e fazer publicar as leis e expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.”

Nós temos uma lei que deixava em dúvida, não só os deputados da Situação, mas os da Oposição, a Assembleia Legislativa, sobre a obrigatoriedade da aplicação destes recursos, deputado Nereu. E talvez até pelas matérias de jornal, ou pelo menos em jornais que li, não vi o decreto exposto nos jornais e daí talvez, suscite a dúvida, o governador nada mais fez do que regulamentar o que a Situação, a Oposição e a sociedade paranaense desejam. Ele não criou uma nova lei. Ele não alterou; ele regulamentou, tornando obrigatória a aplicação dos recursos.

Aí o senhor poderia me perguntar: mas por que então, se esta intenção manifesta e o governador regula-menta por decreto, por que não o faz através de um projeto de lei? Por uma questão jurídica muito simples, deputado Nereu, como eu disse no início do meu pronunciamento: o edital de licitação...

(Usa o Horário da Liderança do Governo)

... faz lei entre as partes. Com toda certeza. E não poderíamos, a partir do momento que nós temos a privatização da Copel, o edital saindo esta semana, mudarmos a lei que autorizou. Suscitaria, nobre deputado, aí sim, aqueles que pretendem juridicamente evitar a privatização da Copel; muitas ações poderiam se fundamentar, porque o edital foi anterior a uma lei posterior que alterou as regras.

Então, só por uma questão jurídica *ad cautelum* agora isto está definido, regulamentado por decreto.

Esta é a minha preocupação, é a nossa, é a sua preocupação. E estaremos aqui vigilantes para cumprir, não só o disposto da lei, mas o que está regulamentado por este decreto.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Durval Amaral, os jornais publicaram a mesma matéria. Isso significa dizer que foi um release do Palácio Iguaçu e na matéria diz o seguinte: “O decreto modifica o texto da lei”. É o release da assessoria do governador, não inventei a minha preocupação, não inventei; eu constatei!

Um segundo ponto, deputado, que um decreto o governador revoga a hora que ele quiser, com outro decreto. Agora, lei, somente a Assembleia Legislativa.

Por isso que a lei daria maior segurança ao Paraná, aliás daria a única segurança, muito bem lembrado, deputado Vanhoni, ao Paraná e a nós aqui.

Então, o governador Jaime Lerner, com um decreto, poderá, a qualquer momento, mudar o decreto dele e pronto, acabou a conversa.

Então, esta é a nossa preocupação.

O SR. DURVAL AMARAL

Perfeitamente. Até vou encaminhar ao deputado Nereu, vou pedir à minha assessoria, que tire cópia do decreto, para encaminhar a V. Exa., até para que fique, a redação dada pelos jornalistas necessariamente não exprime o teor do decreto e a essência do decreto, porque todos sabemos que um decreto não pode modificar uma lei, mas sabemos também que um decreto tem a função de regulamentar a lei, que é o que efetivamente aconteceu.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado Durval Amaral, desculpe discordar de V. Exa., até porque o edital não tem absolutamente nada a ver com a aplicação do recurso, se for desta forma que V. Exa. está falando, além da obrigatoriedade de 70%, teria que constar no edital que ele iria aplicar 10% na educação, 5% na segurança e o edital não tem absolutamente nada a ver com isto.

Na minha avaliação, foi puro desrespeito à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O governador perdeu a noção, acha que pode tudo, ele fala, desrespeita o povo, depois foi reeleito, deu certo, e agora está fazendo isso com a Assembleia Legislativa. Acho que cabe uma ação dura por parte de todos nós, deputados, acho que aqui não tem cor partidária. É o Parlamento Estadual que está sendo desrespeitado.

O SR. DURVAL AMARAL

Entendo a sua posição e respeito muito até pelo apreço que tenho por V. Exa.. entretanto são duas perguntas que podemos fazer a nós mesmos e respondê-las imediatamente. O decreto tem o objetivo previsto na Constituição, de regulamentar uma lei? Sim ou não? Sim!

Então, a meu ver, age com a cautela de quem tem a intenção deliberada de privatizar a Copel.

O Sr. Caíto Quintana

Deputado Durval Amaral, acho que a discussão não passa pelo conteúdo do decreto do governador, não é este o caso, e sim, o decreto é um ato unilateral do governador que pode ser mudado a qualquer instante por este governador e olha, não quero aprofundar, é até discutível na sequência por um outro governador, sobre o volume de aplicações. A lei não. A lei depende de aprovação deste Poder.

Esta é a diferença. Se quisermos, efetivamente, uma garantia de que 70% o governador poderia regulamentar, por exemplo, e que após deduzidas as despesas e tal, 70% fosse aplicado conforme a lei número tal, tudo bem, mas o que eu acho, deputado Durval, inclusive para segurança do próprio governo que hoje coloca a sua preocupação com o fundo, e isso deveria ser carimbado por uma lei.

Porque dependeria da Assembléia Legislativa modificar a lei; o decreto não; depende única e exclusivamente de quem estiver no governo em alterar um decreto. Ele regulamenta algo que a lei não está dizendo. Então, a qualquer instante poder ser alterado. Se o governo está falando com sinceridade em aplicar 70%, não diminui em nada que se aprove, junte todas as leis que tem na Casa, num projeto só.

Votamos quando V. Exa. quiser, mas votamos na lei para proteger este governo e outros governos inclusive.

Muito obrigado!

O Sr. Ângelo Vanhoni

Estou muito preocupado. Parece que está em curso aquilo que não desejamos que aconteça.

Primeiro lugar: somos contra a venda da Copel.

Em segundo lugar: a justificativa que vosso governo anunciou e que esses recursos seriam utilizados para cifrar o Estado e a folha de pagamento dos inativos, dando uma margem de recursos para fundo e depois recursos da própria receita do Estado para fazer investimentos.

Agora, se V. Exa. vai abrir mão da lei e vai ficar com o decreto, acredito que é mais uma jogada de encenação para confirmar suspeitas que temos, que poderá ser vendida a Copel: o dinheiro não irá para o fundo e o governo do Estado do Paraná vai deixar para os próximos 4 anos o Paraná sem dinheiro no Fundo e sem a Copel.

É o caminho que está se consolidando na minha consciência.

Muito obrigado!

O SR. DURVAL AMARAL

O Governo tem intenção deliberada de alocar 70% dos recursos no fundo previdenciário.

Esses vários projetos de lei apresentados na Casa, suscitaram essa discussão. Fica regulamentada, através do decreto, que 70% será destinado ao Fundo de Previdência.

Não se trata de desconfiar do Governo; ele merece toda a credibilidade nessa questão. Pois ele está manifestando clara a sua intenção, mas nada impede que após a privatização da Copel possamos estudar uma maneira, sem prejudicar o edital de licitação, de transformar isso em lei.

Quero pensar que esta seria uma boa solução, garantindo não só a este governante a obrigatoriedade de aplicação no fundo, mas a todos os futuros governantes.

essa será a melhor forma de preservar o patrimônio dos futuros paranaenses que estarão aposentados: tornando cristalina esta privatização.

Muito obrigado!

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Poderíamos criar uma lei aqui que, para um governante mexer no dinheiro do fundo, somente com 3/4 da Assembléia Legislativa, quarenta deputados. Assim teremos segurança que o dinheiro do fundo será respeitado e o Paraná terá as suas cotas equilibradas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Não havendo mais oradores inscritos do Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor parlamentares, senhoras deputadas, senhor presidente:

O PT do Paraná está preparado o plano de governo para eleição do ano que vem. Temos vários companheiros nossos já trabalhando no esboço desse plano; em seguida, vários seminários no interior do Paraná.

E para elaborar esse plano de governo, estive visitando o nosso governo, várias secretarias, o governador Olívio Dutra, há três meses atrás, no Rio Grande do Sul, e na quinta e sexta-feira passadas, estivemos no Mato Grosso do Sul, junto ao governador Zeca do PT e alguns dos seus secretários.

Mas, visitando esses outros Estados, tendo um contato mais próximo, percebemos que lá no Rio Grande do Sul, no Palácio Piratini, você andando na rua, deputada Serafina, tem a porta de entrada do Palácio com dois lances de escada, cada escada com mais ou menos cinco degraus, está de frente com o gabinete do secretário de Casa Civil. Impressionante! Tem três ou quatro “brigadianos”, como eles chama lá, na frente, na rua! O Palácio dá para a rua! Pedestres andando de lá para cá; pessoas vendendo coisas. Em frente tem uma praça, pessoas jogando dominó. Você subindo mais dois pisos, está no gabinete do governador. E o governador do Rio Grande do Sul sai por aquela porta, cumprimentando as pessoas!

No Mato Grosso do Sul você vai até o Palácio dos Três Poderes, na Praça dos Três Poderes, e pode estacionar o seu carro na vaga, inclusive do governador, por uns segundos, porque logo vem o segurança e pede gentilmente para você sair. Isso eu fiz.

Aqui no Paraná, com o governador Jaime Lerner, o que aconteceu? Colocou-se grades, cercou-se praças. E agora, tive a informação, deputado Augustinho Zucchi, que o Tribunal de Justiça vai encher de grades em torno também vai avançar aqui na Assembléia Legislativa mais para a rua. Isso aqui vai virar um presídio! É uma loucura o que estão fazendo!

Isso parece coisa muito simples, mas mostra a filosofia e o perfil do governo que nós temos no Paraná. Tomara que o Lerner não se acostume às grades! Alguns até dizem que ele deva se acostumar às grades, porque o seu governo vai acabar o ano que vem e ele poderá continuar nas grades!

Mas, o que está por trás dessa filosofia do Governo de estender grades, uma verdadeira armadura em torno dos Poderes? Está na medida que um governo não dialoga com a sociedade organizada! Está fazendo isso na medida em que o governo não tem nenhum respaldo popular, e na medida que um governo não atende nenhum anseio da população!

O governador Mário Covas, era um governador que não colocou grades, aliás, ele ia conversar “tête-à-tête” com as pessoas. Lhe custou algumas agressões, mas não feriu o princípio da livre manifestação da democracia. Apesar de rechaçarmos qualquer agressão que sofra qualquer autoridade pública. Não é o desejo nosso, mas também, acho que tem tantas outras alternativas para que a democracia transpareça e o governo seja preservado.

É um absurdo o que está acontecendo no Paraná. Mas, não só as grades fazem a diferença.

Tanto o Estado do Rio Grande do Sul, governado pelo PT, deixando à parte inclusive da popularidade que não é das melhores, mas o Estado do Mato Grosso do Sul, com alto índice de popularidade, os dois Estados governados pelo PT, fizeram propostas de reforma administrativa, acerto fiscal, e trouxeram recursos novos para os cofres públicos. Todos eles.

O Estado do Mato Grosso do Sul, aqui, a Bancada do Governo copiou o projeto do “Funcor” que lá é “Fundersul”, que é uma novidade gerencial, administrativa, do sistema financeiro estadual.

Duas pessoas participaram dessa novidade.

O nosso secretário de Fazenda de Londrina, Paulo Bernardo, e o ex-deputado estadual Werner Wanderer, que é a pessoa que liderou todo esse processo lá.

O Rio Grande do Sul trabalha uma reforma tributária, com valorização dos sistemas locais de produção, com o aumento de arrecadação, com azeitamento da máquina arrecadadora, e trouxeram, novos recursos.

No Rio Grande do Sul, foi dado aumento aos professores, aos policiais.

No Mato Grosso do Sul, nós entramos lá com greve da Justiça; os Juizes fazendo greve.

Esse mês, o Governo colocou em dia o pagamento com vários aumentos, de setores que houve todo um reenquadramento profissional, e também o enxugamento da máquina.

Lá no Mato Grosso do Sul, só temos três nomenclaturas para cargos em comissão. Três nomenclaturas!

Nesses lugares, aumentou-se a arrecadação.

Sabe quanto, deputado Divanir? Em 80% a arrecadação do semestre, em relação aos governos anteriores!

Vamos comparar o Paraná.

Estou fazendo esse estudo, a nível comparativo, porque o ano que vem, o PT tem um programa absolutamente responsável, com a realidade financeira.

O Paraná, o governador Jaime Lerner, além de colocar as grades, não trouxe um recurso, não teve uma iniciativa que trouxesse recursos novos para os cofres; aliás, só aumentou!

Qual é a alternativa do governo?

Não fazer nenhum azeitamento da máquina arrecadadora! Não teve uma iniciativa, a não ser aquele programa que falseou o “cidadão nota 10”, que falseou na arrecadação e até hoje não se explica, e não pagou as premiações nas escolas, muito pouco.

Não teve nenhuma outra iniciativa de envergadura, para arrecadar.

Qual é o resultado?

Um governo que não arrecada mais, não trabalha com engenharia financeira, queima passivos: privatização do Banestado, adiantamento de royalties, venda da Copel, e assim por diante.

Queimou o que os outros governadores construíram.

Queimou toda a estrutura financeira, institucional que nós tínhamos para transformar em recursos, tendo em vista que esse governo não trabalha com possibilidade de arrecadar mais. É uma vergonha!

Por isso é que um governo que não é capaz de administrar bem o Estado, tem que colocar grades!

O governo do Paraná é um dos poucos governos do Brasil, que não acertou a máquina administrativa; ao contrário, piorou muito.

Senão vejamos: No primeiro ano, o governo Lerner, os cargos em comissão, que no orçamento passado, do último ano do Governo Requião era de aproximadamente 1 milhão de reais, no Governo Lerner, no primeiro ano, passou para 2 milhões.

Nos nossos governos do PT, os cargos em comissão foram reduzidos em até 60%, que é o caso do Mato Grosso do Sul.

Quer dizer, um governo desse, com certeza vai acabar mal. Não tem condições, um governo desses, de acabar bem.

E o próximo governo poderá estar em uma encruzilhada tremenda, deputado Algaci Tulio.

Vejamos: Com a venda da Copel e a não obrigação do Governo de repassar para o Fundo Previdenciário, esse governo que está aí, pode dar aumento aos professores e aos policiais civis.

Em janeiro de 2003, quando assumir o próximo governador, esse dinheiro da Copel acabou.

E os aumentos estarão dados.

Isso pode acontecer.

Então é bom que nos alerte para isso, porque nós temos uma estrutura completamente iniciada, a máquina arrecadadora do Paraná não tomou nenhuma iniciativa para acertar e trazer novos recursos.

O governo estadual não enfrentou debate da questão tributária como governo federal, como os outros governos do Brasil enfrentaram.

E o próprio governo de São Paulo, do Mário Covas, do PSDB, enfrentou o debate com relação a questão tributária com o Governo Federal. O Mato Grosso do Sul, que é um exportador de matéria prima, enfrentou o debate com relação a Lei Kandir. Lá fizeram, agora, o Fundo de Investimento Social, o FIS, que está fazendo um programa chamado Programa de Segurança Alimentar, programa esse que distribui vacas prenhas aos assentados, aos índios e aos pequenos agricultores, distribui galinha poedeira às famílias agricultoras em um processo de conversão, porque se produz em alimentos como cestas básica para agrupamento de sem-terras, pequenos agricultores, favelados com situação precária de alimentação e, sobretudo, as comunidades indígenas. Revertendo uma situação exportadora por um processo de consumo interno com incentivo do Governo, e ainda, arrecadando mais, deputado Vanhoni, porque esse consumo interno aumenta o ICMS.

Olha, é fantástico! As iniciativas que se têm nesse Governo, inclusive enxugando a máquina! Aqui, no Paraná, esses programas são absolutamente pífios!

Então, queremos dizer que há alternativas para o Paraná, mas temos que chamar a atenção. O próximo Governo que assumir o Paraná, pega uma máquina completamente arrebentada. Mas, não quero fazer com esse discurso, um discurso de pessimismo: que o próximo Governo não vai ter condições de governar, por que o Lerner e tal.

Nós vamos ter que entrar, e vamos ter que entrar de sola, seja o Governo de Oposição que assumir. Vamos ter que entrar de sola; vai demorar um pouco para acertar o Estado do Paraná, que tem saída, sim, basta ter um pouco de criatividade, e sobretudo, acabar com a corrupção, porque o Governo não tem iniciativa de arrumar o Estado, as grades aí estão, para proteger a corrupção que toma conta do Governo do Estado! É a corrupção o primeiro grande problema do Estado do Paraná. Se qualquer governo de Oposição assumir em janeiro de 2003, a primeira coisa que vão fazer é eliminar a corrupção. Por isso vamos ter um aumento de dinheiro no caixa, de pelo menos 10%. Os institutos internacionais que estudam a corrupção, dizem que no Brasil a corrupção rouba 20% dos recursos públicos.

Mas, vamos tomar por baixo, 10% podemos ter, tranquilamente, no primeiro mês, como aconteceu com Mato Grosso do Sul, assim que o nosso governo assumiu com uma postura diferenciada, sem conluio e sem conchavos, passou a arrecadação de quarenta e um milhões, para cinquenta e oito milhões. Isso, no primeiro mês!

É uma questão de postura de governo. Um governo como esse, que não tem postura, tem que colocar grade, infelizmente, mas queremos...

Antes de encerrar, porém, quero conceder um aparte ao deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado Colombo, quero agradecer ao aparte. Vossa Excelência estava falando de números e administração do Estado.

Recordo-me quando o Álvaro Dias deixou o Governo do Paraná, o Joelson Betting, na Rede Globo, disse: "é o único Estado brasileiro com as finanças saneadas e com dinheiro em caixa"!

Quando o governador Requião deixou o Governo, o Estado devia um bilhão e quatrocentos milhões de reais.

Em 1998, o Estado já tinha, de dívida consolidada treze bilhões e trezentos milhões de reais. E tinha quase quatro bilhões de reais em restos a pagar, ou seja, precatórios, dinheiro represado para a área da saúde, para o IPE, para a educação.

Em 1999 continuou no mesmo patamar.

No ano de 2000, o Tribunal de Contas se recusa a mostrar as contas do Governo do ano de 2000, que estou solicitando há muito tempo, e o tempo já passou! Agora, ainda lembrando do Governo Álvaro, na época que me lembro, porque participei, 49% era o compromisso da folha de pagamento. Quanto gastava o Governo com os Poderes?

Vejam que o Governo gastava menos de um terço do que se gasta hoje, é muito evidente, é muito natural. Tendo um curso da administração, o Estado é poderoso. Agora, não podemos aceitar, em constatar, documentalmente, o que fizeram com a Sanepar, deputado Colombo!

Vejam o que fizeram. Em 1998 a Sanepar valia, no seu valor patrimonial, 970 milhões de reais, sem falar em marca, tradição, 700/ano de faturamento; foi vendido 34,75% por 136 milhões de reais a menos do valor patrimonial.

O SR. IRINEU COLOMBO

Mais um ativo queimado.

O Sr. Neivo Beraldin

Mais um ativo queimado.

Aí, não bastasse essa venda, pelo menos do valor patrimonial, mudou-se o estatuto da empresa, passando das atribuições principais para o grupo Dominó Holding, que é o minoritário, que tem 34%, manda na administração, são 57 atribuições que tem a administração da Sanepar, 35 atribuições estão a cargo do grupo Dominó Holding, que é composto pela empreiteira Andrade Gutierrez, Grupo Vivendi, Banco Opportunity e 15% de dinheiro da Copel.

Pasmem! Vendendo a Copel, estaremos entregando também parte da Sanepar! Mudaram o estatuto, fizeram acordos extrajudiciais, entendimentos com empreiteiras! Vocês imaginem se a moda pega, quantas empreiteiras prestam serviços para a Sanepar? Aí, eles resolveram classificar algumas e fizeram acordos extrajudiciais de 3 milhões de reais. Aí resolveram retirar uma auditoria de Maringá em uma obra de 28 milhões de dólares.

Foi pago 93% e foi realizado 43%. Mas, arquiva-se a auditoria, porque ali a coisa é preta! E faz então, um acordo com a empreiteira. Tudo isso com a vistoria, a participação e a anuência do Tribunal de Contas, não dos técnicos, mas dos Conselheiros!

Então, deputado Colombo, estamos diante do caos. A Sanepar, além de comprar por 136 milhões a menos do valor patrimonial, eles estão administrando o dinheiro que o Estado contraiu de empréstimo, 390 milhões de dólares do banco japonês.

Então, esse grupo minoritário administra um dinheiro que o Estado está para pagar, porque o Estado deu 100% de garantia. Agora, é mais importante o que estou falando, estou afirmando, é bom que se diga, o que eu falo, eu afirmo baseado em documentos da própria Sanepar, o que eu falo, eu afirmo baseado nos documentos do próprio Tribunal de Contas, o que eu falo, eu afirmo nos documentos da própria Copel.

Então, por que não vem alguém, além de V. Exa. que tem sido brilhante deputado nesta Casa, um cidadão equilibrado, um homem que se prepara dia a dia, que discute propostas administrativas e tem uma visão de Estado, não há de parte do Governo uma justificativa plausível, sequer ele se submete ao debate. Eu afirmo mais uma vez, quando em 1995 ele tinha 196 bilhões de ações da Copel, vendeu 111 bilhões e não escreveu para quem vendeu e nem por quanto vendeu. E onde está o Ministério Público do Estado do Paraná?

E onde está a Justiça?

Então, eu encaminhei à Justiça, ao Ministério Público 27 pontos, sendo 17 de improbidade contábil, e 10 de flagrante desrespeito à Constituição.

Então, deputado Colombo, quero agradecer o aparte e cumprimentá-lo, V. Exa. discorre sobre um tema que deve pautar o debate nesta Casa, porque aqui estão, exatamente os deputados que representam a consciência popular.

O SR. IRINEU COLOMBO

Muito obrigado, deputado Beraldin.

V. Exa. traz aqui mais um ativo queimado, que é a venda das ações da Sanepar.

Portanto, esse é um governo que não criou nenhuma possibilidade de arrecadar mais, não colocou nenhum dinheiro novo nos cofres públicos, só queimou ativos. Queimou tudo aquilo que a história e os paranaenses fizeram, aquilo que os governadores paranaenses fizeram, aquilo que os deputados do passado votaram aqui e cuidaram, ele queimou isto!

Portanto, é um governo que primeiro queima os ativos; segundo, permite a corrupção, ele faz a corrupção, senão vejamos, foi no governo Lerner que começaram os escândalos. Em Londrina, seu aliado; em Maringá, seu aliado; a Banestado Leasing, seus aliados; inclusive, foi eleito deputado federal, um da família, começou a corrupção porque todo mundo se dava ao direito de participar desse processo de corrupção, problemas na

Universidade do Oeste do Paraná, na Universidade de Londrina, e ontem, mais corrupção. O que? Aquele pessoal ligado à Polícia Militar ou aos Bombeiros em Foz do Iguaçu. O Estado do Paraná, mais uma vez, pela segunda vez é notícia na primeira capa dos principais jornais do Brasil. Há algumas semanas atrás com relação à votação da Copel, imagem ruim, e agora da corrupção no governo, do Corpo de Bombeiros. Há pouco tempo atrás corrupção na Polícia Militar envolvendo a questão do coleto...

Então, na verdade nós temos uma filosofia de governo que corrompe e permite a corrupção, uma filosofia de governo em que não se mostra transparência para a sociedade paranaense de querer mudar a realidade, não se propõe a realidade. Faz algum programinha aqui e um monte de marketing, um monte de marketing! Tanto é que a filosofia, por exemplo, das vilas rurais é instalá-las próximas das BR's onde passa o carro e vê as vilas rurais com cores bem vibrantes nas casas! Isto faz parte de uma tática de visualização do governo: oitenta por cento das vilas rurais são à beira de rodovias de alto trânsito.

Bom, aí nós temos um governo que não se esforça, não dá transparência, não se relaciona com o povo do Paraná, queima os ativos, corrupto, e permite a corrupção! Qual que é a alternativa do governo? Colocar grades, deputado Waldyr Pugliesi, colocar grades!

Um novo governo que assume o Paraná vai ser um governo que vai dar transparência. É esta a situação do Estado do Paraná,. Um governo que vai assumir o primeiro dia do discurso, na posse - vai pedir a todos os seus comandados que não permitam a corrupção, dê transparência e combata a corrupção e a todo momento provar que é honesto, decente e ético na administração pública, a todo momento.

Um governo que fizer isto, ao par de uma proposta de reorganização, uma nova engenharia financeira para o Estado do Paraná vai poder descer as escadas do Palácio Iguaçu, tirar as grades e vai poder, tranqüilamente, sair do Palácio Iguaçu e vir à Assembléia Legislativa sem precisar usar automóvel, porque este governo não vem para cá a pé atravessando esta praça. O governo Lerner não sai pelas portas da frente do Palácio Iguaçu e vem até aqui! Todo mundo sabe disto, porque isto está por trás de uma filosofia de governo, dá a amostra, dá a aparência: ele é pintado aqui, na praça dos Três Poderes.

Como diz o filósofo francês Michel F., a nossa sociedade é uma sociedade que não precisa de grades; é uma sociedade que já está disciplinada; é uma sociedade que já tem olheiros para todo lado, é uma sociedade de vigiados, e o vigiado, ajuda a vigiar também.

Contrariamente ao pensamento e a filosofia dos governos do mundo inteiro, o governo do Paraná se esconde atrás de grades e vai se escondendo atrás de grades. Eu acho que está se acostumando com elas.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. HERMES FONSECA (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu vou encaminhar à Mesa uma cópia do Decreto nº 4655 que foi distribuído a esta Casa agora nesta manhã, decreto do governador, é uma cópia do Ofício nº 188/2001, em que o governador encaminha para cá o veto ao Projeto 057/99, para que a mesa consulte a Casa Civil para saber qual é a assinatura do senhor governador.

São duas assinaturas totalmente diferentes e que expiram ou ensejam qualquer dúvida, com traços taquigráficos completamente diferentes. É preciso que a gente tenha essa autenticidade.

O SR. AUGUSTINHO ZUCHI

Respondendo à questão de ordem de V. Exa. deputado Hermes, realmente, tínhamos percebido que a assinatura nesse decreto, pelo menos para quem conhece a assinatura do governador, tem alguma dúvida com relação à assinatura.

Recebo o requerimento e repasso, posteriormente ao líder do Governo, para que, em contado com a Casa Civil, verifique esta assinatura, porque é uma assinatura bastante diferente da usual do governador.

Antes de prosseguir a nossa Sessão, gostaríamos de agradecer aqui, em nome do deputado Ademir Bier, a presença do presidente da Câmara Municipal de Itaipulândia, do vereador Atílio Lorini, e dos vereadores Delcir B. e João Batista Ribeiro.

Em nome do deputado Ademir Bier e associado a esta presidência, as boas vindas, e fiquem à vontade.

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PL; PSB; PSC; PST; PSL; PPS; PDT; PT; PPB; PFL; PSDB; PTB.

Tendo em vista que já usou do Horário da Liderança da Oposição, os deputados Nereu Moura, e da Liderança do Governo, o deputado Durval Amaral, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 40 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 093/99, de autoria do deputado Beto Richa, que dispõe sobre o fundo de Prevenção, Repressão e Fiscalização de Entorpecentes. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, SP. COM EMENDA DE PLÊNARIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA
PROJETO DE LEI Nº 093/99**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Beto Richa, dispõe sobre o Fundo de Prevenção, Repressão e Fiscalização de Entorpecentes.

A Emenda Substitutiva apresentada em plenário, pelo próprio autor, não possui incompatibilidade com as Constituições Federal e Estadual, podendo ser considerada em condições de apreciação pelo douto Plenário.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, José Maria Ferreira, Caíto Quintana, Antonio Carlos Belinati, Hermes Fonseca, Serafina Carrilho, Algaci Tulio e Plauto Miró Guimarães.

Em votação, ressalvada a emenda.

Aprovado.

A pedido do deputado Neivo Beraldin, vai se proceder à verificação de votação.

A pedido do deputado Ângelo Vanhoni, vai se proceder à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Divanir Braz Palma)**(Procede à chamada nominal)**

Treze (13) deputados responderam à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Treze (13) deputados responderam à chamada nominal.

Não há quórum para o prosseguimento da Sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra segunda-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:**EM VOTAÇÃO:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 093/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 325/2000; 218, 264, 270, 281 e 282/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 311, 321/2000; 307, 316, 320, 340/2001 e do de Resolução nº 023/2001.

Tendo em vista a falta de número legal, o senhor presidente transferiu a Sessão Extraordinária, para segunda-feira, dia 10, logo após o término da Sessão Ordinária, com a mesma Ordem do Dia.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissões:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO POLUIÇÃO DO RIO IGUAÇU ATA DE INSTALAÇÃO

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e um, no gabinete da 1ª Vice-Presidência, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças para comporem esta Comissão Parlamentar de Inquérito, de foi constituída pelo Ato do Presidente nº 03/2001, para apurar responsabilidade pela ação e omissão que culminou com derramamento de óleo no Rio Iguaçu, poluindo-o gravemente, presidida, na forma regimental, pelo deputado Elio Lino Rusch, vice-presidente da Comissão Executiva, que constatando número legal, declarou instalada a Comissão e convocou os membros da CPI, deputados Orlando Pessuti, Caíto Quintana, Pastor Edson Praczyk, Luiz Accorsi, Ademar Traiano, Cleiton Kielese, Nelson Tureck, Renato Gaúcho, Fernando Ribas Carli, Luciana Rafagnin e Luiz Carlos Martins, para reunião, na próxima semana, com o objetivo de eleger o presidente e vice-presidente, bem como, de indicar o relator dos trabalhos da Comissão. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente.

(aa) ELIO LINO RUSCH - Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESVIO DE DINHEIRO PROVENIENTE DO PRONAF E COBRANÇA DE "COMISSÃO" DO MST ATA DE INSTALAÇÃO

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e um, no gabinete da 1ª Vice-Presidência, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças para comporem esta Comissão Parlamentar de Inquérito, de foi constituída pelo Ato do Presidente nº 04/2001, para investigar e apurar indícios de desvio de dinheiro público proveniente do PRONAF e a cobrança de "comissão" para a liberação de recursos públicos aos trabalhadores rurais sem terra, por

parte de integrantes do MST no Estado do Paraná, presidida, na forma regimental, pelo deputado Elio Lino Rusch, vice-presidente da Comissão Executiva, que constatando número legal, declarou instalada a Comissão e convocou os membros da CPI, deputados Nereu Moura, Orlando Pessuti, Divanir Braz Palma, Ademar Traiano, Luiz Accorsi, Cleiton Kielese, Nelson Tureck, Sergio Spada, Duílio Genari, Luciana Rafagnin e Edno Guimarães, para reunião, na próxima semana, com o objetivo de eleger o presidente e vice-presidente, bem como, de indicar o relator dos trabalhos da Comissão. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente.

(aa) ELIO LINO RUSCH - Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO FÓRUM DE CURITIBA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e um, no gabinete da 1ª Vice-Presidência, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças para comporem esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que foi constituída pelo Ato do Presidente nº 05/2001, para investigar e apurar responsabilidades quanto ao projeto e construção do prédio do Fórum de Curitiba, interrompido ante a evidência de falhas técnicas, bem como acompanhar definição de alternativas para soluções e impasse criado em razão da obra inacabada, presidida, na forma regimental, pelo deputado Elio Lino Rusch, vice-presidente da Comissão Executiva, que constatando número legal, declarou instalada a Comissão e convocou os membros da CPI, deputados Eli Ghellere, Caíto Quintana, Duílio Genari, Marcos Isfer, Luiz Accorsi, Ricardo Chab, Custódio da Silva, Chico Noroeste, Neivo Beraldin, Hermes Fonseca e Antonio Carlos Belinati, para reunião, na próxima semana, com o objetivo de eleger o presidente e vice-presidente, bem como, de indicar o relator dos trabalhos da Comissão. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente.

(aa) ELIO LINO RUSCH - Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e um, no gabinete da 1ª Vice-Presidência, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças para comporem esta

Comissão Parlamentar de Inquérito, que foi constituída pelo Ato do Presidente nº 02/2001, para apurar as frequentes e sucessivas ocorrências de acidentes na malha ferroviária estadual, notadamente após a concessão do serviço público pela União à América Latina Logística, presidida, na forma regimental, pelo deputado Elio Lino Rusch, vice-presidente da Comissão Executiva, que constatando número legal, declarou instalada a Comissão e convocou os membros da CPI, deputados Ademir Bier, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Luiz Carlos Alborghetti, Carlos Simões, Plauto Miró Guimarães, Nelson Garcia, José Maria Ferreira, Duílio Genari, Ângelo Vanhoni e Geraldo Cartário, para reunião, na próxima semana, com o objetivo de eleger o presidente e vice-presidente, bem como, de indicar o relator dos trabalhos da Comissão. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente.

(aa) ELIO LINO RUSCH - Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e um, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes

deputados: Duílio Genari, José Maria Ferreira, Moysés Leônidas, Plauto Miró Guimarães, Antonio Carlos Belinati, Hermes Fonseca, Ademar Traiano e mais os deputados Luiz Accorsi, Tiago Amorin Novaes e Chico Noroeste. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 399/2001, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Ademar Traiano - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 293/2001, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 287/2001, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró Guimarães, na forma da emenda anexa - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 378/2001, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 379/2001, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 380/2001, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 259/2001, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelo senhores deputados presentes e por mim, Ana Lucia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lucia Andretta - Secretária